

Marília Bernardes Marques *

A tragédia sanitária brasileira revela crua e impiedosamente, através da violência social que a agasalha, o subdesenvolvimento da Nação.

Qualquer reflexão que não seja meramente demagógica ou movida a falsos e fugazes bríos nacionalistas deverá focalizar o desenvolvimento científico e tecnológico, obrigatoriamente, entre outros aspectos, no desafio de pôr fim à humilhante situação ostentada pela população do Brasil em matéria de saúde.

A Carta Magna de 1988 em seu Artigo 200, inciso V, estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico. Está, portanto, expresso na Constituição o dever nacional de integrar a pesquisa e a capacitação tecnológica à solução da problemática da saúde, do saneamento básico e do meio ambiente.

Trata-se de um compromisso que traz consigo a perspectiva de universalização do acesso às ações e serviços de saúde e saneamento, incorporando parcelas significativas da população hoje excluídas. É um horizonte que impõe a demarcação imediata de estratégias de curto, médio e longo prazo para atender à expansão do consumo de insumo no componente público do mercado interno.

A implantação do SUS possibilitará o dimensionamento do mercado atual e projeções de crescimento do componente governamental, passo fundamental para viabilizar o poder de compra do Estado como alavanca da capacitação tecnológica do parque industrial do País e do processo de melhoria dos níveis atuais de saúde da população.

Em se tratando das ações e serviços de saúde, a limitação principal para atender as demandas do mercado

oficial situa-se na estrutura produtiva com a acentuada dependência tecnológica revelada pelo Brasil.

Diversas indústrias respondem mundialmente pela fabricação de produtos que constituem insumos para as atividades de saúde: medicamentos, vacinas, reativos químicos e biológicos, soros, plasma e inúmeros dispositivos odonto-médico-hospitalares, tais como implantes, material descartável, aparelhos diversos etc...

Outras indústrias, por sua vez, atuam como fornecedoras de matéria-prima, de componentes, de serviços, de equipamentos etc., necessários à produção e ao desenvolvimento tecnológico daqueles insumos.

Todos sabem que a disponibilidade de medicamentos e, em particular, de medicamentos essenciais é insuficiente para atender a demanda do componente do mercado no qual o Estado é comprador direto, revelando tal situação a timidez da intervenção governamental nessa área.

A excessiva dependência externa (apenas 10% dos hemoderivados necessários ao atendimento da demanda são produzidos no País), ao lado da má qualidade dos produtos disponíveis tornam a auto-suficiência e a capacitação tecnológica essenciais, pois as dificuldades nem sempre decorrem de fraudes, ganância, etc., sendo principalmente evidências do forte atraso tecnológico existente no País no setor produtor de insumos médicos.

A delimitação prospectiva do tamanho do mercado governamental em saúde, paralela à identificação dos gargalos produtivos do setor químico-farmacêutico, por exemplo, é fundamental para o estabelecimento de prioridades para uma política de assistência farmacêutica articulada à política industrial e ao programa de capacitação tecnológica.

Atualmente, a oferta de sangue e hemoderivados está

muito abaixo da demanda para doenças transfusionais que é crescente, especialmente após a eclosão do flagelo da Aids e pela elevação do número de cirurgias provocada pelas tentativas de homicídio, agressões e violências em geral, além dos acidentes de trânsito, hoje um conjunto de causas que figuram nos primeiros lugares nas estatísticas de morte e doenças no Brasil.

Estimativas disponíveis indicam que nos próximos 30 anos mais de 85% dos brasileiros estarão vivendo em áreas urbanas, o número de idosos terá dobrado, com cerca de 12% da população com 65 anos ou mais; as doenças cardiovasculares, o câncer e os sinistros contribuirão com mais de 74% das mortes no país. Os contingentes mais pobres da população, porque mais numerosos e miseráveis, são os principais suportes para "novos" riscos e para "velhas" ameaças à saúde. Continuarão tão numerosos e tão miseráveis no próximo milênio?

O impacto financeiro dessas mudanças, que já é grande, será muito maior, pois a sobreposição de todas essas doenças "novas" e "velhas" fará com que os custos *per capita* do cuidado em saúde no Brasil dobrem nas próximas três décadas.

A demanda para cuidados em saúde crescerá como resultado das mudanças demográficas e epidemiológicas e da universalização do acesso estabelecida pela Constituição de 1988, tornando-se progressivamente baseada no hospital e com grande incorporação de alta tecnologia de elevado custo.

Os cenários possíveis para o quadro de saúde brasileiro indicam que a prospectiva, ou seja, a visão crítica do futuro epidemiológico da Nação deverá orientar estratégias no presente que visem a capacitação tecnológica brasileira.

Os imunobiológicos (soros, vacinas e reativos biológicos para diagnósticos) correspondem a um segmento produtivo no qual o Brasil apresenta competência histórica em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção industrial. E o que é relevante: no setor público. Trata-se de uma vantagem significativa — especialmente para quem tem tão poucas vantagens — para enfrentar a "corrida internacional" pelas novas biotecnologias.

Quanto à produção nacional de equipamentos odonto-médico-hospitalares, apesar de ainda apresentar uma base industrial "semi-artesanal", onde dominam pequenas empresas com, no máximo, dez trabalhadores, revela potencialidades condicionadas, entretanto, ao desenvolvimento da capacitação nacional em componentes microeletrônicos.

Em resumo, podemos afirmar que, de modo geral, as empresas privadas nacionais e o segmento público produtor de insumos industriais diversos para o setor saúde padecem de um grande atraso tecnológico, sendo a sua modernização estratégica para a consolidação da reforma sanitária brasileira.

A viabilização de uma nova base tecnológica, capaz de assegurar competitividade no plano internacional, por sua vez, deverá ser buscada através da conquista do mercado interno que satisfaça as crescentes necessidades sociais, entre as quais as de saúde e saneamento. Nessa direção, importância estratégica terá o recurso ao componente governamental do mercado interno. Para tanto, é importante tornar o SUS uma realidade no conjunto das políticas sociais do Governo Collor e no âmbito dos estados e municípios brasileiros.